

Serviço Social no contexto indígena: as transformações societárias e os desafios da profissão

Raimunda Nonato da Cruz Oliveira¹

Lucia Cristina dos Santos Rosa²

José Raimar Araújo Pompeu³

Resumo

Este artigo tem sua origem em pesquisas bibliográfica, documental e de campo, finalizadas em fevereiro de 2014, envolvendo os índios da etnia Guajajara, em Barra do Corda, Maranhão, e os profissionais de saúde indígena, naquele Estado, ligados ao Departamento de Saúde Indígena – DSEI-MA e à Fundação Nacional do Índio - FUNAI. O eixo central da pesquisa foi estudar a influência das relações transculturais na produção dos transtornos mentais em indígenas. No entanto, diante da realidade em estudo, e como assistentes sociais, militantes na saúde pública e institucionalmente envolvidos com a saúde indígena, propõe-se uma reflexão da prática profissional do assistente social tomando como elementos de análise a discussão de *espaço-tempo* em David Harvey (2012), buscando um contraponto com a discussão pós-moderna, proposta por Giddens (1991), Lipovetsky (2007), dentre outros; *Cultura e Transculturalidade* com Santos, (2006), Laraia (1986), Geertz (1989) e outros. Finalmente, são feitas considerações sobre as perspectivas da prática profissional do assistente social na saúde indígena na era pós-moderna.

Palavras-chave

Saúde indígena; Serviço Social; Pós-modernidade.

Social Service in indigenous context: the societal changes and challenges of the profession

Abstract

This article has its origin in bibliographic, documentary and field researches, finalized in February 2014, involving Indians of the ethnic group Guajajara in Barra do Corda, Maranhão and indigenous health professionals, in that state, related to the Department of Indigenous Health - DSEI-MA and the National Indian Foundation - FUNAI. The research central axis was to study the influence of transcultural relations in the production of men-

tal disorders in indigenous . However, given the reality under study, and as social workers, militant in public health and institutionally involved in Indigenous health, we dare to propose a reflection on the professional practice of social workers taking as elements of analysis the discussion of these categories: *space-time* in David Harvey (2012), seeking a counterpoint to the post-modern discussion, Giddens (1991), Lipovetsky (2007), among others; *culture and transculturality* by Santos, (2006), Laraia (1986), Geertz (1989) and others. Finally, we make considerations about the prospects of the professional practice of social workers in indigenous health, in the postmodern age.

Keywords

Indigenous health; Social work; Postmodernity.

Introdução

Vive-se uma realidade histórica contemporânea desafiante, que tem imposto ao mundo, instituições, pessoas e profissões, a necessidade de uma revisão constante de seus projetos, quer sejam individuais ou coletivos. Tudo se processa com muita velocidade e também como muita estranheza, diante de um movimento no qual vão se configurando, a todo momento, as novas facetas de uma sociedade pós-moderna, globalizada, dominada por uma lógica de mercado que dinamiza pessoas, valores, culturas, vontades. Neste contexto, tais instâncias não podem mais se permitir funcionar a partir de uma área de conforto na qual repousam objetivos e ideários cristalizados ao longo dos tempos. Há uma exigência societária impondo um repensar e um reencaminhar de novas práticas em conformidade com esse movimento que não é só espacial e temporal, mas é também social, cultural, político e econômico. Isto impõe ao mundo, profissões e pessoas, a necessidade de incorporarem um novo sentido em suas vivências e práticas, bem como de ressignificá-las, no intuito de corresponderem às novas exigências societárias. É, também, um movimento histórico no qual estão exponenciados todos os projetos que firmam direitos humanos, mas que, de forma contraditória, a sua negação também está posta, cotidianamente.

Entender essa realidade, a inserção do Serviço Social nela, exige um plano de imanência que requer pesquisas, visitas a autores, revisão de produções científicas, conversas e vivências com os sujeitos e instituições, além de outros dispositivos que nos levem a conhecer a real dimensão e prospecção da questão em

evidência. Dessa forma, a intenção desde artigo é trazer elementos que auxiliem nas reflexões sobre a prática profissional do Serviço Social no contexto indígena, mormente no que se refere à saúde.

Estas reflexões têm sua origem em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, finalizada em fevereiro de 2014, envolvendo os índios da etnia Guajajara em Barra do Corda, Maranhão, e os profissionais de saúde indígena, naquele Estado, ligados ao Departamento de Saúde Indígena – DSEI-MA e Fundação Nacional do Índio - FUNAI. O eixo central da pesquisa foi o estudo sobre a influência das relações transculturais na produção dos transtornos mentais em indígenas. No entanto, diante da realidade em estudo, e como assistentes sociais, militantes na saúde pública e institucionalmente envolvidos com a saúde indígena propõe-se, a partir de referências teóricas e da pesquisa de campo, esboçar as primeiras reflexões sobre a prática profissional do assistente social em área indígena. Uma área complexa, com especificidades étnicas bem demarcadas, situada em um contexto onde as relações interétnicas gestadas a partir da realidade contemporânea ganham, a todo momento, um novo formato. O seu produto, ainda em andamento, vem apontando para uma realidade sobre a qual a equipe dos profissionais atuantes, incluindo o assistente social, se depara com desafios cotidianos que exigem a busca de mecanismos de intervenção profissional que deem conta das conexões e relações que desafiam, hoje, as estatísticas de morbidade e mortalidade em área indígena.

Neste sentido, não se postula, neste artigo, uma reflexão acabada, pautada em uma análise intervencionista, endógena e muito menos focada em uma realidade estática, mas, sobretudo, se busca construir reflexões iniciais que coloquem a prática profissional do assistente social com populações indígenas numa relação social dinâmica, na qual os fenômenos produzidos pela sociedade contemporânea exercem uma influência significativa quando se trata de planejar a ação profissional.

Em um primeiro momento, fez-se uma aproximação entre os cenários e as concepções que remetem à compreensão desta temática, como a discussão das categorias: *espaço-tempo* em David Harvey (2012), buscando um contraponto com a discussão pós-moderna enfatizada por Giddens (1991), Lipovetsky (2007), dentre outros; *Cultura e Transculturalidade* com Santos, (2006), Laraia (1986), Geertz (1989), Neiva *et al* (2007), numa tentativa de cercar o objeto e dar a ele as conexões necessárias para melhor elucidá-lo. Em um segundo momento, dialogou-se com estas categorias diante da realidade em estudo e, finalmente, foram feitas considerações sobre as perspectivas da prática profissional do assistente social na saúde indígena na era pós-moderna.

Na certeza de que este não se configura um estudo inédito, torna-se relevante pelo conjunto de preocupações, indagações e perspectivas que enseja.

Espaço-tempo: uma geografia do movimento em movimento

A discussão sobre a pós-modernidade ganha, a cada momento, destaque entre grupos de intelectuais, estudantes, críticos e mídia em geral. Em qualquer situação, sempre se enfatiza, por um lado, o novo formato das relações capitalistas de produção e, por outro, são evidenciadas as suas consequências, isto é, as incertezas e as mazelas advindas das relações sociais, econômicas, culturais e políticas impostas pelo sistema capitalista. De qualquer forma, lida-se com uma megacategoria que necessita ser aprofundada a partir da dinâmica dos processos de construção da realidade. Isto significa não sacralizá-la ou demonizá-la, mas vê-la como um fenômeno historicamente construído, norteado pelo processo de acumulação flexível, onde as interligações e conexões passam a ser intermediadas pelo mercado, pelas relações tecnológicas, ideias e princípios circulantes. Tais relações, em sua dinamicidade, se constroem, destroem e reconstróem a cada momento, isto é, engendram uma teia infundável de conexões e transformações. É nesse contexto que se vislumbra a emergência de uma prática profissional que esteja alicerçada em uma nova forma de ver, ler e entender o mundo, as coisas, os seres humanos.

Em um breve estudo dessa questão, percebeu-se que se vive, desde o final do século XX, no mundo do movimento, da conectividade e do capital volátil, em que os problemas, os acontecimentos, os avanços que afetam a humanidade e o planeta atravessam fronteiras e tornam-se globais. Isso não isola o sentido e a identidade do local, mas, pelo contrário, produz um movimento onde local e global dão origem a novos cenários, numa dialética incessante. Nesse movimento, pessoas, instituições e territórios são afetados em suas condições objetivas e subjetivas de vida.

Como falar de saúde indígena, de prática profissional em área indígena, sem considerar os diferentes contextos sobre os quais estas categorias se delineiam? Se toda prática profissional é dada historicamente, a dimensão política está orientada por projetos e valores societários oriundos desse percurso histórico. Nisto, as relações sociais, valores, hábitos, costumes, ideias e visões de mundo vão se resignificando e constituindo o desafio da materialidade das políticas e das práticas profissionais na era contemporânea. Nesse sentido, não é possível refletir sobre políticas e práticas profissionais na realidade contemporânea sem antes agregar

a estas a análise das transformações históricas, ou seja, sem trazer os aspectos essenciais que têm marcado a economia política capitalista do final do século XX.

David Harvey em sua obra “A Condição Pós-moderna” (2012) traz reflexões sobre essa questão a partir das transformações político-econômicas do capitalismo desde o final do século passado, quando evidencia a transição do modelo fordista a um novo momento de estruturação produtiva do capitalismo, ao qual ele chama de “acumulação flexível” (Toyotismo). Nesse aspecto, o autor traz uma análise dialética confrontando as tendências da arte, da arquitetura, da filosofia e da política pós-moderna com as exigências econômicas decorrentes dos ciclos de expansão e crise do capitalismo no mundo. Na visão deste autor, a transição do modelo fordista ao modelo da “acumulação flexível” passa, assim, a subsidiar o entendimento materialista histórico-geográfico da condição pós-moderna.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transportes possibilitam cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado. (HARVEY, 1989, p.140)

Outra via de entendimento da pós-modernidade vem sendo discutida por autores neo-marxistas, a exemplo de Santos (2003, 2011), Giddens (1991, Lipovetsky (2007) e outros, que buscam explicá-la a partir de um ponto de vista mais multicultural. Não obstante à pertinência dos enfoques, pode-se observar um certo distanciamento da centralidade de classe e com isto, a identificação de uma nova relação Indivíduo-Estado-Sociedade, na perspectiva de uma ampla rede estruturada e dinamizada pelas diferentes instâncias e sujeitos que compõem o jogo democrático. Esta forma de pensar as novas relações da sociedade contemporânea vem ressaltar, como alternativa, o cumprimento de valores de-

mocráticos preconizados pela participação, igualdade social e desenvolvimento sustentável (SIMIONATTO, 2004).

De acordo com estes posicionamentos, é cabível indagar: vive-se diante de uma nova institucionalidade para a qual o materialismo histórico e dialético tornou-se insuficiente para sua explicação e fundamentação? Esta tem sido uma questão polêmica nos últimos tempos e exige uma discussão cujo foco foge ao objeto deste estudo. No entanto, quando se reporta à sociedade pós-moderna, deve-se deixar de enfatizar que seus vínculos, ao estarem alicerçados em um recorte epistemológico, fundamentado a partir do modelo neoliberal, muitas vezes, fragiliza a sua compreensão como parte de um processo histórico, cujas raízes estão fincadas no modelo de produção capitalista e na reprodução dessas relações ao longo da história das sociedades. Contudo, esse paradoxo torna-se bastante profícuo à medida em que não se deve perder de vista ambas as leituras, pela sua pertinência e oportunidade. São visões de mundo que se entrecruzam, embora o pano de fundo do seu entendimento seja, ainda, explicado pelo marxismo, pois é certo que a vida econômica, cultural e social, em qualquer espaço-tempo, nunca foi e nem será um “palco” exterior à lógica capitalista.

A propósito desta colocação, Berman (1986), em sua obra *Tudo que é sólido se desmancha no ar - A aventura da modernidade*, desenvolve uma discussão bastante saudável. Inspirado na obra, *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, o autor faz uma confluência entre o pensamento deste e a tradição modernista numa tentativa de “unir” marxismo e modernismo. Desta forma o autor coloca que

O pensamento atual sobre a modernidade se divide em dois compartimentos distintos, hermeticamente lacrados, um em relação ao outro: “modernização” em economia e política, “modernismo” em arte, cultura e sensibilidade. Se tentarmos situar Marx em relação a esse dualismo, veremos, e isso não surpreende, que ele comparece em larga escala na literatura sobre modernização. Mesmo pensadores que afirmam rejeitá-lo, no geral o admitem como fonte primária e ponto de referência obrigatório para seu próprio pensamento. De outro lado, Marx não é reconhecido, em nenhuma instância, pela literatura sobre modernismo. (BERMAN, 1986, p. 86)

Neste expressivo posicionamento percebe-se que o autor identifica uma falha marxista iluminando e sinalizando o entendimento da era pós-moderna, a qual vem mitigar o conflito entre “visão sólida e visão diluidora de Marx sobre a vida moderna”. Isso fica claro quando Berman (Idem) expressa que

“o pensamento modernista, tão brilhante e iluminador do lado escuro de todos e de tudo, vem a ter seus próprios e reprimidos cantos escuros, sobre os quais Marx pode fazer incidir nova luz”. Há aí uma “forçada” e “necessária” afinidade entre Marx e os pós - modernistas. Isto se torna claro quando se atenta para a expressiva colocação de Marx e Engels em o Manifesto do Partido Comunista, “Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar, com sentidos mais sóbrios, suas reais condições de vida e sua relação com outros homens” (MARX e ENGELS, 1872 *apud* BERMAN, 1986, p. 87). Neste resgate teórico, Berman torna possível encontrar um “enredo” para explicar a modernidade em sua evolução espaço-temporal.

Também nesta esteira, autores do pensamento social brasileiro buscam na herança marxista uma compreensão para as questões contemporâneas. Para Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, o marxismo é revisionista, exatamente por questão de método, por estar no movimento da história.

A essência do método de Marx é o revisionismo. Afinal, o que é o método de Marx? É a fidelidade ao movimento do real. E o que é o real? É a permanente dialética de conservação e renovação (...). Portanto, se não renovo minhas categorias, se não as reviso para poder conceituar o real em seu incessante devir, sou infiel ao marxismo, ao método histórico-dialético de Marx (COUTINHO, 2006, contracapa)

Ainda nesta perspectiva, José Paulo Netto (1991b, p. 18, *apud* SIMIONATTO, 2004, p.247), vem inferir que

No limiar do século XXI a herança teórica de Marx, seu método de pesquisa, permanece um instrumento essencial para a apreensão da ordem social contemporânea. Isso, no entanto, não deve excluir a retificação do que se tornou anacrônico, nem a interlocução com outras correntes de pensamento.

Entende-se então, que a compreensão dos novos tempos advém exatamente dessa escuta e do diálogo entre as diferentes formas de pensar, compreendendo e destacando as riquezas e as sutilezas que portam como contribuições para explicar a realidade em seus diferentes matizes.

David Harvey (2012), ao trazer a concepção materialista espaço-tempo como condição para entender a era pós-moderna, evidencia uma renovação no materialismo ao tempo em que se coloca diante de uma concepção histórica de realidade na qual os conflitos de classes e todos os fenômenos que a atravessam passam a ser produto das mudanças ocorridas na sociedade, principalmente no que se refere à dinâmica do mercado e do consumo. Neste contexto, a geopolítica, as instituições, as práticas de gestão, dentre outros, situam-se numa relação de interdependência. Tem-se, assim, o modo de produção capitalista estabelecendo o “novo” desenho, o formato e a fronteira das relações trabalhistas e das convivências cotidianas entre sujeitos, instituições, territórios e nações.

Esta realidade vai se reproduzindo na dinâmica espaço-tempo sem perder de vista o foco de que o processo de acumulação capitalista, no seu formato flexível, é a bússola de um processo histórico que ganha capilaridade e se fortalece em cada tempo e lugar, materializando-se, conforme coloca Harvey (2012), pelas normas, leis, redes de regulamentação, dentre outros, que garantam a unidade do processo. A isto, o citado autor vai chamar de “normas de regulamentação”, as quais vão “orientar” a dinâmica individual e coletiva dos sujeitos na sua relação espaço-tempo, seus posicionamentos e atitudes diante de suas necessidades de consumo, estilos de vida e identidades. Nessa dinâmica, a relação histórica dos sujeitos com seu mundo vai se contemporizando numa relação intermediada pelas forças do mercado como a mídia de massa, as tecnologias web, o mercado flexível, dentre outras.

Diante desse contexto, existem mudanças norteadas por um novo padrão de acumulação capitalista? David Harvey (2012) em sua análise sobre a condição pós-moderna traz importantes contribuições para o entendimento dessa questão para mostrar que o espaço-tempo é uma variável fundamental para se entender, historicamente, a evolução dos processos econômicos e, conseqüentemente, a reprodução das relações capitalistas de produção. Nesse sentido, o autor apresenta o espaço e o tempo como “categorias básicas para entendimento da existência humana” na atualidade, (HARVEY, 2012, p. 187), constituindo-se no fundamento para as interpretações dos novos processos de sociabilidade humana, das novas relações sociais e da geopolítica.

No processo de sociabilidade, as etnias indígenas, aos poucos, vão perdendo aquilo que lhes é peculiar e, ao mesmo tempo, pelo próprio instinto de sobrevivência, assumem novas estratégias produtivas e de convivência que não são mais nativas, mas, são do mundo, de “todos” ou de “ninguém”. Suas

tradições e bases ancestrais se “desmancham no ar”, como o próprio sistema capitalista, que ao entrar em “combustão” dá origem a novos formatos de relações produtivas e de sociabilidade. Assim, suas peculiaridades tendem a esmaecer, metamorfosear, desaparecer.

Tal fato dá abertura para novas possibilidades de interação entre os sujeitos, onde as relações se constroem e reconstroem em uma densa rede de conectividade que se estrutura voluntária ou compulsoriamente, em torno das relações capitalistas de produção que se erguem. E neste sentido, o capital não só cria novos desejos, como também transforma espaços, pessoas, ritmos de vida, desafiando os princípios do consenso e da legitimidade do poder econômico, da base político-territorial, da responsabilidade das decisões políticas, dentre outros, implicando em consequências que culminam no declínio da qualidade e significação da cidadania, das identidades, das formas de ser e viver dos cidadãos. Feridas se abrem, lacunas se fecham e a vida se estrutura numa dinâmica onde o “sagrado é profanado” ou como diz Berman (1986, p.112), “ninguém é intocável, a vida se torna inteiramente dessantificada”.

Vive-se, portanto, um “novo” paradigma norteado pelo nascimento e expansão do capitalismo no mundo, fortalecido pela incorporação de novos sujeitos cada vez mais conectados com as exigências do seu tempo. Assim sendo, entende-se que a pós-modernidade, mundialização ou globalização, se constitui em um movimento que impõe aos indivíduos e ao próprio Estado novas formas de ser e conviver em sociedade, e que, ao mesmo tempo em que conecta, informa e emancipa, tende a pauperizar e a degradar o indivíduo em seu modo de vida, em seu processo produtivo e em suas relações sociais. Este é o ponto de contradição mais evidente deste fenômeno no qual valores, capital e culturas se desterritorializam e se reterritorializam com novas características que são responsáveis pelo novo padrão de sociedade e de cidadania.

A visão neomarxista vem apontando para o entendimento dessa realidade a partir de um complexo, dinâmico e multifacetado contexto de relações que influenciam valores, culturas e identidades, dentre outros. Para Antony Giddens (1991, p.69), “a Globalização se refere essencialmente a este processo de alongamento na medida em que as modalidades de conexão se enredam através da superfície da terra como um todo”.

Estamos, então, diante de uma nova ordem societária, onde os limites geofísicos, geopolíticos, sociais e culturais abrem-se para além do seu entorno. Diante dessa reflexão não se pode fugir à compreensão de que as sociedades

indígenas, ao comporem esse indefinido mosaico histórico, travam, implicitamente, uma “luta de classe”, que vai se expressando nas tentativas de “interação” com a sociedade nacional e global. Essas lutas indígenas podem ser visualizadas, principalmente, nos conflitos pela terra, nas frentes de expansão, dentre outros. Porém, não se deve deixar de reconhecer que associado à luta pela terra, há outro movimento de caráter multicultural a identificar, que é o reconhecimento pelos seus direitos de cidadania colocando em evidência aspectos como o preconceito, a discriminação, o direito à moradia, à educação, à sua cultura e à saúde.

Reflexões para a compreensão da prática profissional do assistente social, em saúde indígena no contexto pós-moderno

Qual a matéria-prima do trabalho do Assistente Social com populações indígenas? Esta tem sido uma pergunta inquietante para muitos profissionais que têm nesse contexto o seu objeto de prática, principalmente quando aflora a consciência de que se vive em um mundo em mudanças, no qual pessoas, coisas, espaços, estão submersos em um processo de interação que exige, a todo o momento, um repensar e um olhar contínuo desse profissional sobre a realidade, levando-o a rever, permanentemente, suas práticas e o projeto de sociedade apontado pela profissão.

Iamamoto (2003, p. 100) é clara em afirmar que “a matéria-prima do trabalho do assistente social [...] encontra-se no âmbito da questão social em suas múltiplas manifestações...”. Neste sentido, materializa-se, precipuamente, no âmbito das desigualdades sociais constitutivas da sociedade capitalista, incorporando, contraditoriamente, os processos de resistência/rebelião aos processos de espoliação, expropriação, exploração e opressão. A saúde indígena situa-se no cerne multifacetado da questão social e precisa ser compreendida como resultante desse processo histórico em que os índios estão inseridos. Vendo dessa forma, a profissão de Serviço Social passa a se reestruturar em consonância com esse movimento, que é dialético, contraditório e paradoxal. Desta forma, é importante identificar que a prática profissional sofre um duplo movimento – isto é, ao mesmo tempo em que promove transformações societárias é transformada por essas (MARX e ENGELS, 1981).

Nesse horizonte, o profissional busca cumprir seu compromisso ético, como uma exigência da sociedade em sua temporalidade e espacialidade, o que faz da profissão uma locomotiva “incessante”, “ofegante”, que, movida

pela conectividade do pensar-agir, combustível de sua ação profissional, torna-se abastecida na mesma velocidade em que a realidade se processa na vida desses povos e na sociedade.

Tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem, as atividades desse trabalhador especializado encontram-se intimamente associadas à sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política. Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais, assim como no estabelecimento de relações e vínculos sociais com os sujeitos sociais junto aos quais atua. (IAMAMOTO, 2003, p. 97)

Este é um desafio que, se tratando de realidade indígena, consiste em exercitar permanentemente a arte de vivenciar, refletir, compreender e acompanhar a complexa teia de relações e vinculações do movimento histórico vivenciado pelas etnias, até onde os determinantes sociais, culturais e econômicos poderão afetar as estruturas e a qualidade de vida dos sujeitos envolvidos em sua ação. Afinal, lutam por assegurar um modo de vida com outra temporalidade, demarcadas pela tradição e pelas forças da natureza.

Isso implica em produzir um desenho interventivo com o qual a sociedade mercantil não dialoga e sim degrada, haja vista a negação da alteridade. Nisto está posto que a formação profissional também precisa avançar na leitura das particularidades das várias etnias, tais como proposto pelo movimento negro, cigano, indígena, de migrantes, dentre outros. Nisto, é importante ressaltar a necessidade de uma interação da profissão com as relações produzidas, sem a qual esta não subsiste. Nesse aspecto, os projetos societários ao se vincularem ao projeto ético-político do Serviço Social são tomados como objeto de reflexão-ação cujo propósito está em buscar a construção de uma nova ordem social e, por conseguinte, um novo desenho para a profissão.

O delineamento desse “novo desenho” configura um estágio de “maturidade profissional” que, mesmo marcado pelos rumos neoliberais da sociedade, vem expressar sua reação ao conservadorismo e ao homogeneísmo. Neste contexto, alternativas e estratégias são necessárias para redimensionar a capacidade interventiva da profissão.

René Barbier (2002), em seu artigo intitulado “L’écoute sensible dans la formation des professionnels de la santé”, faz referência, utilizando uma abordagem rogeriana, a um tipo de escuta-ver necessário ao pesquisador da realidade con-

temporânea. O assistente social é esse eterno pesquisador das relações de uma realidade que a todo momento o surpreende. Outrossim, termo “escuta sensível” sugere uma perspectiva de prática profissional, em realidade indígena, centrada em uma escuta holística, contínua e sistemática. Na verdade, a linguagem do profissional depende desse tipo de escuta. Uma ferramenta, cuja direcionalidade está centrada no sentir, nas afetividades, cognições e no imaginário dos sujeitos. Tais elementos não eximem uma leitura crítica, histórica da realidade, mas agrega a essa leitura a compreensão de atitudes, sentimentos e fatos sociais em jogo, careciam, para esse profissional, elementos para uma compreensão mais totalizante e sintonizada com os novos tempos.

Dessa forma, tanto a identidade profissional como a identidade indígena, partem das condições históricas, sociais e culturais presentes em seus cotidianos. Daí infere-se que as identidades ao serem pensadas a partir de seus contextos não são rígidas nem muito menos imutáveis. “São resultados sempre transitórios, fugazes, de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas [...] escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidade em constante processo de transformação...” (SANTOS, 2003, p.135).

Seria, pois, pertinente para a profissão de Serviço Social, pensar a cultura indígena como uma categoria histórica, transversal à sua prática. Para isso, faz-se necessário uma escuta à questão de fundo sobre a qual ancoram-se tais reflexões. Trata-se, inicialmente, de averiguar sobre o conceito de cultura: o que é **cultura**? Santos (2006) faz uma abordagem de cultura voltada para uma dimensão dinâmica e sócio-histórica. Em outras palavras, o autor concebe cultura como “uma construção histórica, entendida enquanto dimensão do processo social, da vida de uma sociedade ...”. (SANTOS, 2006, p.45). Para David Schneider (1896, *apud* LARAIA, 1986, p.63), “cultura é um sistema de símbolos e significados. Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento.” Em ambas as colocações, percebe-se que a sociabilidade se constitui como eixo fundante da cultura na medida em que dinamiza valores, formas de ser, de sentir e de agir, bem como vai determinando o formato das relações, das convivências, dentro e fora de território em que se inserem.

Destarte, a discussão sobre cultura, ao ser inserida na prática social e institucional do Serviço Social, passa a ser, sistematicamente, objeto de verificação e contextualização quando se trata de relações complexas, envolvendo os múltiplos pertencimentos identitários e suas diferenças. É por meio dela que se entende as conexões humanas, suas vivências e conflitos e, conseqüentemente, se planeja a práxis.

E a **transculturalidade**? Como visualizá-la a partir desta perspectiva em que a cultura é produto de um processo dinâmico, dando-se em um movimento no qual as relações de sociabilidade se alteram, ganham novos contornos? O modelo transcultural em vigência vai além das interpretações e conexões de uma cultura por outra, do diálogo entre as mais diferentes etnias. Aqui vislumbram-se, por um lado, as tentativas de salvaguardas das identidades, dos valores, dos status e de padrões de comportamento em jogo, e por outro lado, as possibilidades de que tais elementos possam ser ressignificados dando lugar a um novo formato de cidadania onde as relações convergem e divergem num movimento incessante. Para Neiva et al (2007, p.2), a transculturalidade pode ser entendida como

Processo no qual as pessoas tornam-se passíveis de conhecer e interiorizar sua primeira coletividade de pertencimento. Na transculturalidade, as culturas passam a assumir valores e expressões culturais independentemente do lugar em que moram e da história de estar em toda e qualquer parte.

Neste sentido, indaga-se: que valores e expressões culturais estão presentes neste jogo? Tem-se, de fato uma nova modalidade de “portabilidade”? De um fenômeno que vem desnaturalizar todo um padrão hegemônico de relação sociais até então instituído entre pessoas, territórios, lugares? Assim, é fácil pensar o radical “trans”, é portador de movimento, de mudanças, de imbricamentos de teias de significados que se tecem para além de um lugar comum. Nessa tecitura, o antigo se rompe e novos vínculos se constroem ou se ressignificam à luz das necessidades e interesses presentes. Desse novo movimento, sobressai-se uma práxis que ao se inserir em um contexto global dinamiza um novo formato de relações interétnicas, dessa vez sintonizando demandas profissionais com as exigências dos novos tempos.

Globalização, cultura e transculturalidade constituem uma tríade que, aos poucos, vai se expressando não só na ordem econômica das coisas, mas também na difusão de valores, culturas, hábitos e costumes resultantes do jogo das pressões competitivas do mercado, do intercâmbio das experiências de cada raça e da interação nos modos de vida dos povos. Tudo isso rebate na profissão de Serviço Social, abrindo-a para além dela mesma e, ao mesmo tempo, gerando novas possibilidades de ação.

É neste aspecto que a prática profissional do Serviço Social precisa estar atenta, captando, nesse movimento, o que se produz como questão social no contexto de vida dos sujeitos. E que movimentos estão presentes nesta prática? A pesquisa

realizada entre os índios da etnia Guajajara e os profissionais de saúde indígena do DSEI - Maranhão aponta para uma realidade complexa em que fica evidente, a partir das narrativas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, uma situação de degradação e pauperização da saúde indígena, em decorrência do avanço do capitalismo e da incapacidade das políticas públicas, principalmente a política de saúde, em proporcionar ao indígena, tanto no plano jurídico como no plano executivo, a condição de cidadão de direito. Esta situação se reflete negativamente na qualidade de vida desses povos, pelo seu desenraizamento cultural e social, bem como nas práticas profissionais desenvolvidas junto a esse seguimento de política.

Em todas as narrativas dos sujeitos se percebe que a questão social indígena é complexa e multifacetada, apresentando, nitidamente, aspectos relacionados aos contatos extraculturais, à má gestão e inadequabilidade das políticas públicas, à questão indígena contemporânea. Tudo isso reverbera na prática profissional que deve estar aberta para observar ou, como diz Barbier (2002), “escutar”, “ver”. Daí indagar: que aspectos, hoje, estão presentes em cena, que permitem esta escuta, cujo eco vem sinalizando que algo não vai bem na saúde dos indígenas? A pesquisa aponta que a questão indígena hoje está envolvida por problemas ligados a fatores como as frágeis condições socioeconômicas, culturais e ambientais em que vivem, os estilos de vida, a crise da identidade e de gênero. Tais fatores, associados aos contatos interétnicos vivenciados nos últimos tempos, traz à tona aspectos-chave que necessitam ser enfrentados, sendo os mais relevantes: a saúde, a violência, o preconceito e a discriminação, que por sua vez são determinados por múltiplas causas.

No que se refere à violência, é possível se identificar que, em suas múltiplas manifestações, física, simbólica, moral e ao lado das péssimas condições de vida, vem produzindo uma verdadeira devassa na condição humana indígena. Estes aspectos têm apresentado como causa o uso nocivo e descontextualizado de substâncias psicoativas como o álcool, o crack e a maconha, que, por sua vez, desencadeiam outros problemas como a depressão, o suicídio, a prostituição e as doenças como AIDS, DSTs, hipertensão, diabetes, câncer, dentre outras. Esta realidade é evidenciada em todas as narrativas analisadas.

Antigamente o índio usava maconha nos seus rituais, era uma coisa que eles usavam culturalmente e hoje não, ela já tomou outras proporções, já temos índio usando crack, há gente também nesse universo de alcoolismo, de uso de drogas, de violência, de suicídio, a gente tem muitos índios com transtornos, a gente tem caso de depressão. O ano passado nós tivemos dois suicídios, esse ano tivemos

uma tentativa de suicídio e isso é preocupante. [...] A questão da prostituição, a gente tem muito ali na BR, assaltos a mão armada... o pessoal tem medo de passar na BR à noite... a tendência é agravar e nós não temos a figura do psicólogo, só do assistente social e este tem as limitações dele. E a equipe, na maioria das vezes, está totalmente despreparada, ela não sabe como lidar com isso. (SUJEITO KANELA, p. 2. Barra do Corda (MA), janeiro de 2014).

Continua a narrativa,

[...] os maridos estão bebendo, batendo muito nas esposas, elas estão apanhando muito, inclusive temos o caso de uma índia que ela desenvolveu um distúrbio porque o marido dela bebia muito e sempre ela apanhava do marido no final da tarde que era quando ele chegava da rua; aí ela veio para o polo, nós a encaminhamos para Teresina, lá disseram que ela não tinha nada, ela todo tempo reclamando de uma dor, ela gritava de dor. [...] depois foi descoberto que ela somatizava aquilo e ela tinha aquelas crises, no mesmo horário que o marido chegava, para evitar apanhar... Então a gente tem esses casos. (SUJEITO KANELA, p. 3. Barra do Corda (MA), janeiro de 2014).

De acordo com depoimentos do grupo de lideranças indígenas que participaram da Oficina de Produção de Sentido, em janeiro de 2014 em Barra do Corda (MA) (técnica de pesquisa utilizada), percebe-se que existe uma total falta de perspectiva do índio diante de suas vivências cotidianas. “[...] a gente sabe que o que ocorre é uma falta de perspectiva, associada ao livre acesso do não índio às aldeias, o desrespeito, o preconceito. Então, hoje, é difícil dizer que o índio está feliz.” (Sujeito Kanela). Verifica-se, no contexto das relações interétnicas, que o segmento indígena encontra-se vulnerável, numa relação desigual, desfavorecedora de um processo de sociabilidade que o inclua como ser social histórico. Nas narrativas apresentadas, vislumbra-se um contexto marcado pela complexidade de múltiplos fatores que, na sua realidade espaço-tempo, conformam uma nova perspectiva de prática que consiste em olhar a saúde do índio como resultante das suas condições gerais de existências, quer dizer, nas suas condições e estilos de vida.

Segundo Possas (1989) *Condições de vida* são as “condições materiais necessárias à subsistência, relacionadas à nutrição, à habitação, ao saneamento básico e às condições do meio ambiente” e como *estilo de vida*, as “formas sociais e

culturalmente determinadas de vida que se expressam no padrão alimentar, no dispêndio energético cotidiano, no trabalho e no esporte, hábitos como fumo, álcool e lazer (POSSAS, 1989, p.197).

Dessa forma, presencia-se um desencaixe não só na cultura, nos valores, mas principalmente nos seus estilos de vida, o que promove e acentua as desigualdades na medida que estabelece um diferencial em relação à situação de outros grupos populacionais contribuindo, assim, para um acirramento das iniquidades na área da saúde na medida em que problemas que poderiam ser evitados permanecem campeando e arrastando para a vala comum, vidas que poderiam ser promovidas a um status sócio-sanitário mais saudável e menos agressivo.

Entender tudo isso é, acima de tudo, reconhecer que o processo saúde-doença tem caráter histórico e social (LAURELL, 1976) e vai se intensificando a partir da relação de causalidade (LAURELL, 1982) que é determinada e condicionada na relação espaço-tempo, na qual estão presentes fatores, como: meios de produção e relações produtivas, sociabilidade, oportunidades políticas e cognitivas, capacidade organizativa, dentre outros. Isso implica identificar os determinantes sociais⁴ da saúde presentes em cena que têm um impacto direto sobre a saúde das pessoas. Assim, enquanto os contatos interétnicos vão se afirmando, o processo saúde-doença vai se definindo em consonância com a qualidade e intensidade desses.

Todavia, como é reconhecido pelo sujeito da pesquisa, “a equipe, na maioria das vezes, está totalmente despreparada, sem saber como lidar com isso” (sujeito Kanela). Tal fato remete à indagação: como está sendo desenvolvida a formação do profissional no Sistema Único de Saúde - SUS? Existe uma política de educação permanente atuando em consonância com o perfil sócio-sanitário dos sujeitos?

A dinâmica dos determinantes sociais, do processo saúde-doença, é a fronteira a partir da qual a prática profissional do assistente social vai estabelecendo o formato e alimentando seu projeto ético-político, neste segmento de política. O grande desafio que se coloca é, sem dúvida, fomentar práticas que possam promover a saúde indígena, fortalecendo a capacidade individual e coletiva para lidar com a multiplicidade dos determinantes e condicionantes da saúde em cada tempo e lugar. O quadro abaixo, produto da pesquisa desenvolvida, mostra os desdobramentos do perfil de saúde indígena e suas consequências enquanto questão social.

QUADRO I – MAPEAMENTO DOS DETERMINANTES DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA NA POPULAÇÃO INDÍGENA GUAJAJARA

Determinantes do processo saúde-doença em indígenas	Desdobramentos da questão social indígena, segundo os determinantes	Conseqüências para a saúde indígena
Condições de vida: socio-econômicas, culturais e ambientais gerais;	Pobreza extrema Expropriação da cultura Expropriação da terra Analfabetismo Discriminação Preconceito Desemprego Condições de habitação inadequadas Educação desfocada da cultura	Drogadição: alcoolismo, maconha, crack Depressão Suicídio Crise de identidade doenças: DST, AIDS, câncer, etc Prostituição Baixa expectativa de vida
Redes Sociais e comunitárias	TV, Internet Relações de mercado Lutas pela terra	Relações interétnicas conflitantes pauperização precarização e degradação da força de trabalho
Estilos de vida	Hábitos e costumes	Obesidade, diabetes, hipertensão, desaparecimento e substituição das formas de lazer tradicionais, estética corporal e vestuários adequados a novos padrões sociais, alimentação industrializada

Fonte: Relatório de pesquisa realizado com a etnia Guajajara em janeiro de 2014.

O perfil saúde-doença dos povos indígenas é pouco conhecido, tanto pela carência de pesquisas, de abordagens censitárias como pelo sistema de informação capaz de retratar fielmente a real situação de morbidade e mortalidade desses povos. Desta forma, o quadro acima foi estruturado, tomando como referência o modelo de Dahlgren e Whitehead (1991), mencionado no Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde - CNDSS (2008, p.14), e adaptado com as observações de campo geradas no decorrer

da pesquisa. Estas informações permitem inferir que a saúde e o perfil epidemiológico da população indígena está condicionada não só à sociodiversidade existente, mas, também, às formas concretas de inserção socioeconômica desta nas relações de produção e nas políticas públicas. Compreender este perfil passa pelo entendimento dos três grandes fatores determinantes do processo saúde-doença, que são: condições de vida, redes sociais/comunitárias e estilo de vida. A interação de tais fatores determina, a partir da realidade espaço-temporal, o modo pelo qual a saúde da população indígena se constitui, dentro de uma sociedade, bem como o caminho para seu enfrentamento.

É possível concluir?

Acredita-se que não. Mas é necessário arriscar alguns posicionamentos iniciais quanto à prática profissional do Assistente Social em áreas indígenas. A pesquisa de campo e bibliográfica permitiu evidenciar alguns posicionamentos: no primeiro, a necessidade de que o profissional se abasteça de um combustível chamado paixão e aqui avocando o pensamento de Regina Schöpke, “É preciso que alguma coisa nos force a pensar... Que alguma força exterior coloque nosso pequeno mundo em movimento. A paixão é sem dúvida, essa força...” (SCHÖPKE, 2004, p.192). Uma prática movida pela paixão é estar diante do desafio de entender a realidade, contextualizá-la e, precipuamente, entender a visão de mundo do indígena, buscando suas percepções e possibilidades de encaminhamentos para as questões em que vivem. O prazer está em dinamizar pensamentos, sentimentos, arte, corporeidade e sentidos.

Um segundo ponto é entender o que é saúde para o índio e como os profissionais de Serviço Social e as instituições de saúde pública têm se posicionado diante dessa realidade multifacetada para materializar suas práticas. A concepção de saúde para o índio está totalmente relacionada com a vida e conflui para a concepção dos determinantes sociais do processo saúde-doença apreendida pelo SUS, uma vez que, para eles, saúde, acesso à terra e preservação cultural estão intimamente relacionados. Isto implica apreender os conflitos, as cosmovisões entre o mundo tradicional e as concepções modernas, como proposto por Dumont (1985), que se confrontam e pouco dialogam.

O processo de produção da saúde e da doença, na realidade indígena, passa pelo entendimento que esses povos têm de suas próprias concepções de saúde e adoecimento, atreladas ao seu modo de vida. Isto impõe entender o processo saúde-doença a partir das vivências da população, como estas são socializadas “cons-

tituindo corpos de conhecimentos válidos coletivamente e como as atribuições de significados organizam um conjunto de códigos que se sintetizam e expressam num particular estilo de vida...” (COLOMA, 2009, p.10). Nisto, Coloma, médico, pesquisador na área indígena, evidencia a necessidade da observância das “teias de significados”, conforme expresso, também, por Geertz (1978).

Paralelamente a isso, torna-se imperioso às instituições e aos profissionais de saúde indígena fazerem uma leitura dessa realidade no sentido de apreenderem as singularidades e os movimentos presentes em cada território/espço, construir novos conceitos e novos modelos de intervenção que tenham como suporte os fundamentos explicativos de uma dada realidade. Dessa forma, não basta apenas a idealização de um conceito de saúde pautado em princípios de “bem-estar” e “ausência de males”, mas circunscrevê-lo a partir do que protagonizam os sujeitos, em suas realidades. A este respeito, Coloma (2009, p.11) afirma que “a questão não é a doença como realidade biofísica, mas a doença como experiência pessoal [...]”, isto por si só já estabelece um diferencial no conceito, nas práticas de saúde e na forma de ver e conviver com os povos indígenas.

Referências

BARBIER, René. *L'écoute sensible dans la formation des professionnels de la santé*. Conférence à l'Ecole Supérieure de Sciences de la Santé. Brasília: Juillet, 2002. Disponível em: <<http://www.saude.df.gov.br/FEPECS>> Acesso em: 12 de junho de 2014.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido de desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1986. Disponível em: <<http://groups.Google.com.br/group/digitalsource>>. Acesso em: 10 de jul.2014.

COLOMA, Carlos Alberto. *A interculturalidade na atenção à saúde dos povos indígenas*. Encontros interdisciplinares: psicologia e povos indígenas. Itanhaém, 2009 (texto produzido).

COUTINHO, C. N. *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.

DUMONT, L. *O individualismo: uma proposta antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar. 1978.

_____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 22ª Ed. São Paulo, Ed. Loyola, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LAURELL, Asa C. *Algunos problemas teóricos y conceptuales de La epidemiologia social*, 1976 (mimeo)

LAURELL, Asa C. *A saúde-doença como processo social*. IN: NUNES, Everardo D. (org) *Medicina Social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1982.

LIPOVETISK, Giles. *A Sociedade da decepção*. Barueri, São Paulo: Manole, 2007.

MARX, K, e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. (1º capítulo). Lisboa:Avante, 1981

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Prefácio à edição alemã de 1872. disponível em www.pcdob.org.br/documento.php?id. Acesso em 04 de abril de 2015

NEIVA, Ricardo. ALONSO, Luiza e FERNEDA, Edílson. *Transculturalidade e Tecnologias da Informação e Comunicação*. CINTED-UFRGS Novas Tecnologias na Educação. V. 5 nº 2, Rio Grande do Sul. Dezembro, 2007(PDF).

NETTO, José Paulo. *A crise do Marxismo e a atualidade da teoria marxista*. In. *O PT e o marxismo*. Caderno Especial de Teoria e Debate. Publicação do Partido dos Trabalhadores, Diretório Regional de São Paulo. São Paulo: Teoria e Debate, 1991.

POSSAS, Cristina de A. *Epidemiologia e sociedade*. Heterogeneidade estrutural e saúde no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1989.

RELATÓRIO DE PESQUISA REALIZADO COM A ETNIA GUAJAJARA EM BARRA DO CORDA MARANHÃO, JANEIRO DE 2014.

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO NACIONAL SOBRE OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE – DSS, 2008. Disponível em www.determinantes.fiocruz.br/ > Acesso em 12 de junho de 2014

SANTOS, Boaventura de S. (org.). *A globalização e as ciências sociais*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, José Luis dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SCHÖPKE, Regina. *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade*. São Paulo: Edusp, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influencia no Serviço Social*. 3. Ed. Florianópolis. Editora da UFSC. São Paulo: Cortez Editora, 2004

Notas

- 1 Assistente Social formada pela Universidade Federal do Piauí; especialista em Planejamento e Gestão de Programas e Projetos Sociais (Instituto Camillo Filho – Teresina/Piauí); especialista em Educação em Saúde Pública (Faculdade São Camillo – São Paulo); mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí; docente do curso de Serviço Social do Instituto Camillo Filho (Teresina-Piauí); educadora em Saúde da Fundação Nacional de Saúde. E-mail: danda.oliver@hotmail.com
- 2 Assistente social formada pela Faculdade de Serviço Social de Piracicaba; especialista em saúde mental pela UFRJ; mestre em Serviço Social pela UFPE; doutora em Serviço Social pela UFRJ; docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: luciacsrosa@gmail.com.
- 3 Assistente Social formado pela Faculdade UNIDERP/ANHANGUERA. Índio da etnia Guajajara no Maranhão. Atua profissionalmente no Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI-Maranhão, Polo Distrital de Barra do Corda – MA. Membro do Conselho Distrital de Saúde Indígena, em Barra do Corda Maranhão. E-mail: jojeraimar@hotmail.com.
- 4 Determinantes sociais de saúde (DSS) são as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham, isto é, as características sociais por meio das quais a vida transcorre.

Artigo recebido em dezembro de 2014 e aprovado para publicação em fevereiro de 2015.

